



TJ-BA
QUESTÕES GABARITADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	89

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	25

LEGISLAÇÃO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	14

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	31

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	28

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	26

SUMÁRIO

**1. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022**

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanias na Colômbia”, podemos entender africanias como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do

Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:**1. ADDENDUM: ADENDO, APÊNDICE.**

Considerando a ortografia padrão é **correto** afirmar:

(A) *Negroafricanas*, diferentemente de *afro-brasileiros*, deve ser escrito sem hífen, tal como aparece no texto.



1. FCC - Ass Proc (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 5

2. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

3	2	32
0	1	1
30	21	

Um quadriculado 2×2 é preenchido com números do conjunto $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$, sem repetição. Em seguida, os números formados nas linhas e nas colunas são somados. Por exemplo, para o preenchimento do quadriculado abaixo, temos $32 + 01 + 30 + 21 = 84$.

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 357
- (B) 348
- (C) 396
- (D) 354
- (E) 339

3. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em um jogo de futebol o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor 0. Se houver empate, cada time ganha 1 ponto. As equipes A, B, C e D jogaram um torneio em que cada uma delas jogou exatamente uma vez contra a outra. Ao final do torneio, a equipe A obteve 7 pontos e as equipes B e C obtiveram 4 pontos cada uma. O número de pontos que a equipe D obteve foi:

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 3
- (E) 2



1. FCC - Per (DPT BA)/DPT BA/Criminalístico/2014

Assunto: Das Disposições Preliminares (arts. 1º a 7º da Lei nº 6.677/1994)

Considere os seguintes conceitos:

I. Posição estabelecida para o ocupante do cargo dentro da respectiva classe, de acordo com o critério de antiguidade.

II. Agrupamento de cargos classificados segundo o grau de conhecimentos ou de habilidades exigidos.

III. Conjunto de cargos identificados pela similaridade de área de conhecimento ou de atuação, assim como pela natureza dos respectivos trabalhos.

IV. Conjunto de cargos de provimento permanente e de provimento temporário, integrantes dos órgãos dos Poderes do Estado, das autarquias e das fundações públicas.

Nos termos da Lei Estadual nº 6.677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia), os conceitos narrados correspondem, respectivamente, a

- (A) referência, categoria funcional, grupo ocupacional e quadro.
- (B) carreira, grupo ocupacional, categoria funcional e estrutura de cargos.
- (C) lotação, grupo ocupacional, estrutura de cargos e referência.
- (D) carreira, categoria funcional, estrutura de cargos e classe.
- (E) lotação, estrutura de cargos, classe e referência.

2. FGV - ATA (MPE BA)/MPE BA/2017

Assunto: Do Provimento (arts. 8º a 43 da Lei nº 6.677/1994)

José, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de assistente técnico-administrativo do Ministério Público da Bahia, foi aposentado por invalidez, no ano de 2016. Ocorre que, no ano de 2017, os motivos determinantes de sua aposentadoria foram declarados insubsistentes por junta médica oficial.

Dessa forma, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, a Administração Pública determinou o retorno de José ao trabalho, mediante:

- (A) o aproveitamento, no mesmo cargo ou em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (B) a reversão, no mesmo cargo ou no cargo resultante da transformação, permanecendo o servidor em disponibilidade remunerada enquanto não houver vaga;
- (C) a reintegração, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em cargo resultante da transformação com atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (D) a recondução, sem direito à indenização, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo dentro da mesma carreira com remuneração compatível com o anteriormente ocupado;
- (E) a readaptação, em cargo com novas atribuições, compatíveis com a limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

3. FGV - AJ (TJ BA)/TJ BA/ADMINISTRATIVA/ADMINISTRADOR/2015

Assunto: Do Provimento (arts. 8º a 43 da Lei nº 6.677/1994)

Rafael, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, foi demitido. Inconformado, ajuizou ação judicial e obteve a anulação de sua demissão, porque não foram observados o contraditório e a ampla defesa no curso do processo administrativo disciplinar. O retorno de Rafael ao cargo efetivo de origem, por força de decisão judicial transitada em julgado, é conhecido como:

- (A) aproveitamento;

**1. FCC - Sold (CBM BA)/CBM BA/2023**

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal, a prática do racismo constitui

- (A) exercício do direito fundamental à liberdade de expressão.
- (B) conduta moralmente reprovável, porém lícita.
- (C) contravenção penal sujeita à pena de multa.
- (D) crime de menor potencial ofensivo.
- (E) crime inafiançável e imprescritível.

2. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no texto constitucional,

- (A) a propriedade atenderá a sua função social.
- (B) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita de forma universal e independentemente da aferição de hipossuficiência.
- (C) para o julgamento de crimes hediondos é permitida a criação de juízo ou tribunal de exceção.
- (D) a lei penal retroagirá para todos os fins.
- (E) ninguém será considerado culpado até o julgamento em segunda instância.

3. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais, considere:

I. O direito à liberdade de profissão é protegido constitucionalmente, não podendo a lei estabelecer qualificações para o seu exercício.

II. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento apenas para assegurar o cumprimento do seu estatuto.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, somente poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

V. É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e V.
- (D) IV e V.
- (E) III, IV e V.

**1. FCC - AgAAS (Pref Recife)/Pref Recife/2022**

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

2. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Nos contratos administrativos, a interpretação favorável ao interesse público primário diz respeito àquela em que, cabendo mais de uma interpretação sobre determinado princípio contratual, deve ser adotada

- (A) aquela em que qualquer cláusula que contrarie o interesse público deve ser considerada não escrita quando da avença entre Administração e contratado.
- (B) a solução que restrinja os interesses do particular, aplicando interpretação literal e restritiva aos dispositivos contratuais que lhes consagrem benefícios.
- (C) a solução mais favorável aos interesses da coletividade, o que, necessariamente, não significa dever de optar pela melhor interpretação conforme o interesse patrimonial da Administração contratante.
- (D) a que confira presunção relativa de legitimidade, considerando-se, até prova em contrário, que as cláusulas estão sendo praticadas conforme as disposições legais.
- (E) a solução que permita a alteração unilateral pela Administração Pública sempre que um motivo superveniente de interesse público ocorra, afetando as disposições do contrato inicialmente avençado.

3. FCC - ANA JD (DPE AM)/DPE AM/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

De acordo com a Constituição Federal, são princípios expressos que regem a Administração pública direta e indireta:

- (A) legalidade, impulso oficial, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) supremacia do interesse público, moralidade, legalidade, publicidade e eficiência.
- (D) impessoalidade, eticidade, socialidade, publicidade e eficiência.
- (E) legalidade, impulso oficial, eticidade, socialidade e operabilidade.

**1. FCC - AJ TRT22/TRT 22/Apoio Especializado/Biblioteconomia/2022**

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de auto-ridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

- (A) organização e comando.
- (B) planejamento e controle.
- (C) organização e controle.
- (D) coordenação e comando.
- (E) planejamento e coordenação.

2. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas. Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo

- (A) apresenta-se como uma dessas formas, sendo pautado pela comunicação, formal ou informal, entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas.
- (B) configura uma falha de coordenação presente quando o administrador não exerce a função que lhe foi atribuída, propiciando comunicação informal entre os administrados e acomodações indesejáveis nos processos produtivos.
- (C) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, ligando-se à subsequente função de controle e sendo utilizado para fins de ações corretivas dos processos de trabalho.
- (D) constitui uma técnica de coordenação de caráter restrito, cuja aplicação é adequada apenas a organizações mecanicistas, com processos de trabalho e produção pouco complexos.
- (E) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, constituindo uma ferramenta de organização e planejamento comumente utilizada pelos administradores para propiciar o entrosamento da equipe.

3. FCC - AL (ALERN)/ALERN/BIBLIOTECONOMIA/2013

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

É correto afirmar que a função de

- (A) organização significa, a partir de uma sondagem do futuro, desenvolver planos de ações para atingir as metas traçadas.
- (B) comando pressupõe relações hierárquicas claramente definidas, estabelecendo explicitamente como administradores e subordinados se influenciam, bem como o grau de participação e colaboração de cada um para a realização dos objetivos definidos.
- (C) controle está relacionada à concatenação das atitudes e esforços de toda a empresa, almejando as metas traçadas.
- (D) coordenação diz respeito ao estabelecimento de padrões e medidas de desempenho que permitam assegurar que a prática utilizada é a mais compatível com o que se espera e necessita.
- (E) previsão envolve coordenar todos os recursos da empresa – humanos, financeiros, físicos ou materiais –, alocando-os da melhor forma, segundo o planejamento estabelecido e de acordo com as possibilidades orçamentárias.